

Políticas Públicas e Judicialização



Bibliografia
2015

Biblioteca Ministro Adhemar Maciel – TRF1

Bibliografia
Políticas Públicas e Judicialização
2015

Biblioteca Ministro Adhemar Maciel
Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Agosto / 2015

Apresentação

A Seção Judiciária do Piauí (SJPI), por meio da [Portaria 143/2015](#), instalou, no dia 27 de julho de 2015, o Núcleo de Conciliação em Políticas Públicas. A criação do projeto partiu da constatação de que a conciliação em matéria de políticas públicas é uma poderosa ferramenta na efetivação de direitos que demandam prestações positivas do Estado. O projeto piloto abrangerá processos que tramitam nas varas cíveis da SJPI, incluindo as Subseções.

Com o intuito de subsidiar os magistrados nessa demanda, a Biblioteca do Tribunal Regional Federal da Primeira Região agrupou as referências bibliográficas sobre o tema, do período de 2013 a 2015. Os itens estão reunidos e organizados em livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, ora apresentados neste documento.

Os documentos que não apresentarem o link para acesso à internet poderão ser solicitados cópia ou empréstimo pelo email sereu@trf1.jus.br ou nos telefones: 3314-5342 e 3314-5213.

O empréstimo na Biblioteca do TRF1 é permitido aos magistrados federais, servidores da justiça federal e a outras instituições, por meio do intercâmbio entre bibliotecas. A Biblioteca da Seção Judiciária do Piauí também poderá atender às solicitações de empréstimo e cópias de artigos pelo email sebib.pi@trf1.jus.br ou no telefone (86)2107-2818 / 2107-2819.

1. ARENHART, Sérgio Cruz. As ações coletivas e o controle das políticas públicas pelo poder judiciário. **Revista Eletrônica do Ministério Público Federal**, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2009. Disponível em: <[http://www.prrj.mpf.mp.br/custoslegis/revista_2009/2009/aprovados/2009a Tut Col Arenhart%2001.pdf](http://www.prrj.mpf.mp.br/custoslegis/revista_2009/2009/aprovados/2009a_Tut_Col_Arenhart%2001.pdf)>. Acesso em: 6 ago. 2015.
2. BARCELLOS, Ana Paula. Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais. **Academia.Edu**. Disponível em: <http://www.academia.edu/7784818/Constitucionaliza%C3%A7%C3%A3o_das_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_em_mat%C3%A9ria_de_direitos_fundamentais._O_control_e_pol%C3%ADtico-social_e_o_controle_jur%C3%ADdico_no_esp%C3%A7o_democr%C3%A1tico>. Acesso em: 6 ago. 2015.
3. BARREIRO, Guilherme Scodeler de Souza; FURTADO, Renata Pedretti Moraes. Inserindo a judicialização no ciclo de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 293-314, abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122015000200293&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 Ago. 2015
4. BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Ordem dos Advogados do Brasil**. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>>. Acesso em: 6 Ago. 2015.
5. CABRAL, Ildelisa; REZENDE, Laura Ferreira. Análise das ações judiciais individuais para fornecimento de medicamentos em São João da Boa Vista. **Revista de Direito Sanitário**, v. 16, n. 1, p. 59-77, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/100017>>. Acesso em: 5 Ago. 2015.
6. CARDOSO, Thiago. O novo viés do judiciário na efetivação das políticas públicas e a teoria da separação dos poderes, reserva do possível e mínimo existencial. **Jus Navigandi**, 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/34368/o-novo-vies-do-judiciario-na-efetivacao-das-politicas-publicas-e-a-teoria-da-separacao-dos-poderes-reserva-do-possivel-e-minimo-existencial#ixzz3i3tAdIH>>. Acesso em: 6 ago. 2015.
7. CHAVES, Vinicius Figueiredo. Possibilidades e riscos da judicialização da política para a consolidação democrática brasileira. **Revista direitos humanos e democracia: Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Unijuí. Mestrado em Direitos Humanos**, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <

- <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/310>>. 5 Ago. 2015.
8. COSTA, Bruno Andrade. **O controle judicial nas políticas públicas** Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502928/000991428.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 6 ago. 2015.
 9. DELDUQUE, MARIA Célia. O perfil ideal do juiz para as decisões em saúde. **Cadernos Ibero-Americanos de direito sanitário**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/37>>. Acesso em: 6 ago. 2015.
 10. DELDUQUE, Maria Célia; CASTRO, Eduardo Vazquez de. A mediação sanitária como alternativa viável à judicialização das políticas de saúde no Brasil. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p. 506-513, June 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000200506&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2015
 11. ENGELMANN, Fabiano. Ações judiciais, conteúdos políticos: uma proposta de análise para o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 57-72, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a06v21n45.pdf>>. Acesso em: 6 ago 2015.
 12. FERREIRA, C., PAIVA, R., REIS NETO, M. Demandas judiciais no sistema de saúde no Brasil sob a perspectiva da administração. **Gestão e saúde**, 6 abr. 2015. Disponível em: <<http://gestaoesaude.bce.unb.br/index.php/gestaoesaude/article/view/1206>>. Acesso em: 5 Ago. 2015.
 13. GROSS, Alexandre Felix. Atuação do STF na efetivação do direito à saúde no Brasil: perspectivas da judicialização entre escassez e políticas públicas. **Revista do Tribunal Regional Federal: 1. Região, Brasília**, v. 24, n. 3, p. 53-69, mar. 2012. Disponível em: <http://www.trf1.jus.br/pergamum/biblioteca/index.php?codAcervo=112887>. Acesso em: 5 ago. 2015.
 14. LOPES, Bruno Matias. Limites ao ativismo judicial no controle das políticas públicas e sua inaplicabilidade ao núcleo essencial dos direitos fundamentais. **Associação Nacional do Procuradores dos Estados e do DF**. Disponível em: <<http://anape.org.br/site/wp-content/uploads/2014/01/TESE-24-AUTOR-Bruno-Matias-Lopes.pdf>>. Acesso em: 5 Ago. 2015.
 15. JOSKOWICZ, Graziela Mayra. **A eficácia dos direitos sociais e o controle judicial das políticas públicas**. Disponível em: <file:///C:/Users/tr300710/Downloads/a_eficacia_dos_direitos.pdf>. Acesso em: 6 Ago. 2015.

16. MACHADO, Marcos Henrique. A judicialização da saúde na perspectiva weberiana. **Revista jurídica da Universidade de Cuiabá e Escola de Magistratura Mato Grossense**, v. 2, 2014. Disponível em: <<http://revistaemam.kinghost.net/revista/index.php/unicemam/article/view/149>>. Acesso em: 5 ago. 2015
17. OLIVEIRA, Maria dos Remédios Mendes. A Judicialização da Saúde no Brasil. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 7, n. 1, p. 79-90, abr. 2013. Disponível em: <<http://tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1276>>. Acesso em: 06 ago. 2015.
18. PELUSO, Cezar. Constituição, direitos fundamentais e democracia: o papel das supremas cortes. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/PELUSO_WASHINGTON.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2015.
19. PEREIRA, Everton Machado; PEDROSO, Joseane Ceolin Mariani de Andrade. **A mediação e a conciliação como política pública para a cultura de paz: uma análise à luz do novo código de processo civil**. In: Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 12., 2015, Santa Cruz do Sul, Santa Catarina. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13193/2366>>. Acesso em: 6 ago. 2015.
20. PESSOA, Flávia; CAMPOS, Lorena. **A efetivação judicial de políticas públicas de proteção à infância**. Disponível em: <http://www.evocati.com.br/evocati/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=365&tmp_secao=10&tmp_topico=direitoconst&wi.redirect=ME4EQ2EKA5HICVEKFIA9>. Acesso em: 6 ago. 2015.
21. RIBAS, Carolline Leal. O controle do judiciário nas políticas públicas na área da saúde. **Âmbito Jurídico**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14001>. Acesso em: 6 ago. 2015.
22. RUIZ, Ivan Aparecido, GOMES, Antonio Carlos. A Judicialização da política como meio de acesso a uma ordem justa na defesa dos direitos fundamentais e da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 14, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/3500>>. 5 ago. 2015.
23. SENHORAS, Elói Martins; CRUZ, Ariane Raquel Almeida de Souza. Judicialização das políticas públicas no Brasil. **Repertório de Jurisprudência**, v. 1, n. 1, Janeiro, 2015. Disponível em:

Artigos (solicitar cópias pelo email: sereu@trf1.jus.br ou sebib.pi@trf1.jus.br)

24. ARANHA, Marina Domingues de Castro Camargo. Judicialização da saúde e o fornecimento de medicamentos não aprovados pela Anvisa. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 23, n. 96, p. 139-154, nov./dez. 2014.
25. BARIFOUSE, Leonardo. Políticas públicas e efetivação dos direitos sociais. Cadernos de direito da cidade: estudos em homenagem à professora Maria Garcia. **Revista Brasileira de Direito Público RBDP**, v. 13, n. 48, p. 205-237, jan./mar. 2015.
26. DIAS, André Petzhold. A judicialização de políticas públicas relativas à segurança pública é o melhor caminho? **Debates em Direito Público**: Revista de Direito dos Advogados da União, v. 12, n. 12, p. 227-251, out. 2013.
27. FERREIRA, Débora Costa. Poder judiciário e políticas públicas: uma perspectiva sobre a legitimidade e os limites de intervenção. **Informativo Jurídico Consulex**, v. 29, n. 17, p. 6-13, 27 abr. 2015.
28. GASPARDO, Murilo. Judicialização do fornecimento de medicamentos: entre a concretização e a violação do direito à saúde. **Boletim de Direito Administrativo**, v. 31, n. 4, p. 422-433, abr. 2015.
29. ODORISSI, Luiza Ferreira. A República de Weimar como paradigma do Estado moderno: o controle jurisdicional de políticas públicas como meio de efetivação dos direitos sociais. **Direito Público**, v. 11, n. 60, p. 9-24, nov./dez. 2014.
30. PEDRA, Anderson Sant'Ana. Parâmetros para uma decisão racional em casos de judicialização de políticas públicas. **Revista Brasileira de Direito Público RBDP**, v. 11, n. 41, p. 91-105, abr./jun. 2013.
31. RIBAS, Giovanna Paola Primor. A judicialização das políticas públicas e o Supremo Tribunal Federal. **Direito, Estado e Sociedade**, n. 44, p. 36-50, jan./jun. 2014.
32. ROCHA, Manoela de Araújo. Alcance constitucional do direito à saúde: judicialização dos conflitos e justiça distributiva. **II Jornada de Direito Constitucional**. Brasília: Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, 2014, p. 255-261.

33. SENHORAS, Elói Martins. Judicialização das políticas públicas no Brasil / Elói Martins Senhoras, Ariane Raquel Almeida de Souza Cruz. **Repertório IOB de jurisprudência:** tributário, constitucional e administrativo, n. 1, p. 38-34, 1. quinz. jan. 2015.
 34. SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. Baixo grau de "politização" e judicialização excessiva dos direitos previdenciários no Brasil: a MP 664-2014 e a Emenda Constitucional 88-2015 como cases. **Revista Brasileira de Direito Previdenciário**, v. 5, n. 26, p. 89-99, abr./maio 2015.
 35. SILVESTRE, Charles Lustosa. Judicialização das políticas públicas: abuso de poder judiciário ou estrito cumprimento dos deveres constitucionais? **Fórum Administrativo**, v. 13, n. 150, p. 9-15, ago. 2013.
 36. XIMENES, Julia Maurmann. Uma proposta de matriz de análise para a pesquisa sobre a judicialização dos direitos sociais. **Direito Público**, v. 11, n. 60, p. 222-237, nov./dez. 2014.
-

Livros disponíveis na Rede Pergamum (Solicitar empréstimo pelo email: sereu@trf1.jus.br sebib.pi@trf1.jus.br) . Os livros poderão ser enviados por malote para outros estados)

37. [ALBUQUERQUE, Felipe Braga. **Direito e política: pressupostos para a análise de questões políticas pelo judiciário à luz do princípio democrático.** Florianópolis: Conceito Ed., 2013. 224 p. ISBN 9788578743130. Número de Chamada: 341.41 A345 DEP \(MA\)](#)
38. [SUNDFELD, Carlos Ari; ROSILHO, André \(Org\). **Direito da regulação e políticas públicas.** São Paulo: Malheiros, 2014. 350 p. Número de Chamada: 341.3221 D597 DDR \(TRF1\)](#)
39. [BRANDÃO, Cláudio; COUTINHO, Aldacy Rachid \(Coord.\). **Direitos humanos e fundamentais em perspectiva.** São Paulo: Atlas, 2014. xvi, 564 p. Número de Chamada: 341.27 D598 DHEF \(TRF1\)](#)
40. [BITENCOURT, Caroline Müller. **Controle jurisdicional de políticas públicas.** Porto Alegre: N. Fabris, 2013. 368 p. Número de Chamada: 341.2 B277 CJD \(TRF1\)](#)
41. [CIARLINI, Alvaro Luis de Araújo. **Direito à saúde: paradigmas procedimentais e substanciais da Constituição.** 1. ed., 2. tiragem. São Paulo: Saraiva, 2014. 263 p. \(Série IDP. Linha Pesquisa Acadêmica.\) Número de Chamada: 341.272 C566 DAS 1. ed. 2. tir. \(TRF1\)](#)

42. ALMEIDA, Andréa Márcia Vieira de. Ativismo judicial, o direito à saúde e a sua aplicação ao caso concreto. In: JORNADA DE DIREITO CONSTITUCIONAL 2, 2012, Salvador, BA. II Jornada de direito constitucional. Brasília: Escola de Magistratura Federal da Primeira Região, 2014. (Coleção Jornada de Estudo Esmaf ; 21), p. 27-36. **Número de Chamada:** 341.2 J82 JDDCO-2 (TRF1)
43. AMARAL, Cláudia Haas. Direitos sociais e a dignidade humana: breves aspectos sobre a judicialização das políticas públicas e a aplicação da interdisciplinaridade. In: _____. **Os efeitos do constitucionalismo contemporâneo no direito: uma visão interdisciplinar.** Paraná: FATEB, 2014, p. 187-209.
44. ARAÚJO, José Henrique Mouta. Ações judiciais em defesa dos direitos fundamentais: em busca de solução para casos concretos. In: _____. **Direitos fundamentais, teoria do direito e sustentabilidade.** Coordenação: Jean Carlos Dias e Paulo Klautau Filho. São Paulo: Método, 2010. 255 p.
45. CONTI, José Maurício. Direito financeiro e direito à moradia: a concretização mediante a judicialização. In: _____. **Direito financeiro e políticas públicas.** Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 67-83.
46. COUTINHO, Diogo R. O direito nas políticas públicas. In: _____. **Contratos públicos e direito administrativo.** São Paulo : Malheiros, 2015, p. 447-480.
47. TEIXEIRA, Bruno Cezar da Cunha. Judicialização da política, valor "democracia" e argumento democrático. In: CARVALHO, Paulo de Barros; LINS, Robson Maia; TARICCO, Adriana Delboni (Coord.). **Ensaio sobre jurisdição federal.** São Paulo: Noeses, 2014. p. 449-476. **Número de Chamada:** 341.4192 E59 ESJ (TRF1)
-

Teses e dissertações

48. BONAT, Debora. **Judicialização da política e participação popular:** um exame da repercussão geral nos recursos extraordinários julgados pelo supremo tribunal federal e o incremento da participação. 2014. 134 f. Tese (doutorado)-Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/17818>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

49. CRUZ, Mariana Fordellone Rosa. **O dever do estado na efetivação do direito à saúde:** os papéis dos poderes executivo, legislativo e judiciário. 2014. 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciências)-Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-17102014-101022/>>. Acesso em: 7 ago. 2015.
50. OLIVEIRA, Francisca Andra Silva. **O papel do judiciário nas políticas públicas:** uma análise das ações de concessão de medicamentos. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade)-Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2013. Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/andra_oliveira.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2015.
51. REIS, Julianna Moreira. **Efetivação de políticas públicas pela via judicial:** a audiência pública jurisdicional como instrumento de legitimação democrática. 2014. Dissertação (Mestre em Direito)-Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Teresina, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3370>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

Livros da Rede de Bibliotecas da Justiça Federal da Primeira Região

[ALBUQUERQUE, Felipe Braga. **Direito e política: pressupostos para a análise de questões políticas pelo judiciário à luz do princípio democrático.** Florianópolis: Conceito Ed., 2013. 224 p. ISBN 9788578743130. Número de Chamada: 341.41 A345 DEP \(MA\)](#)

[SUNDFELD, Carlos Ari; ROSILHO, André \(Org\). **Direito da regulação e políticas públicas.** São Paulo: Malheiros, 2014. 350 p. Número de Chamada: 341.3221 D597 DDR \(TRF1\)](#)

[BRANDÃO, Cláudio; COUTINHO, Aldacy Rachid \(Coord.\). **Direitos humanos e fundamentais em perspectiva.** São Paulo: Atlas, 2014. xvi, 564 p. ISBN 9788522488322. Número de Chamada: 341.27 D598 DHEF \(TRF1\)](#)

[BITENCOURT, Caroline Müller. **Controle jurisdicional de políticas públicas.** Porto Alegre: N. Fabris, 2013. 368 p. Número de Chamada: 341.2 B277 CJD \(TRF1\)](#)

[CIARLINI, Alvaro Luis de Araújo. **Direito à saúde: paradigmas procedimentais e substanciais da Constituição.** 1. ed., 2. tiragem. São Paulo: Saraiva, 2014. 263 p. \(Série IDP. Linha Pesquisa Acadêmica.\) Número de Chamada: 341.272 C566 DAS 1. ed. 2. tir. \(TRF1\)](#)